

Suprema Corte dá fim ao drama das Mães de Haia

Ao Correio, Raquel Cantarelli comemora a decisão do STF

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, por unanimidade dos onze ministros, o impedimento da repatriação imediata de crianças e adolescentes a países estrangeiros em casos de indícios de violência doméstica.

A Corte terminou o julgamento nesta quarta-feira (27). A decisão se refere a julgamentos da Convenção de Haia, tratado internacional firmado para prevenir o sequestro internacional de menores, mas que nos últimos anos vem sendo acusado de agir de maneira automática, sem considerar o pleno bem-estar e segurança do menor.

A Suprema Corte julgou duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs): a ADI 4245, encaminhada pelo partido União Brasil, e a ADI 7686, enviada pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol). A primeira alegava que a medida que determina o retorno imediato da criança para o país onde nasceu precisa respeitar as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Já a segunda pede que os menores não sejam extraditados para outro país e retirados de suas mães em casos de violência doméstica.

No julgamento, os ministros do STF entenderam que a exceção deve ser estendida aos casos de indícios comprováveis de violência doméstica, ainda que a criança não seja vítima direta do abuso. Todos os magistrados acompanharam o voto do ministro-relator do caso e presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. Ele considerou que o texto da



Carlos Moura/Agência Senado

Raquel comemorou a decisão: “Violência doméstica e abuso não podem ser ignorados”

convenção deve ser interpretado de forma compatível com o princípio do melhor interesse da criança e com perspectiva de gênero, ou seja, da proteção da mulher.

Ao Correio da Manhã, o mestre e doutor em Direito Constitucional Rubens Beçak destacou que o julgamento do STF se trata de um caso de “interpretação conforme a Constituição”.

“Na interpretação conforme [a Constituição], e no caso de uma norma internacional como a Convenção de Haia, as normas recebem uma interpretação. Ou seja, uma decisão que o tribunal dá de como aquilo tem que ser lido, de acordo com o espírito que vai na Constituição. E esse é um espírito que norteia a proteção ao nacional, e mais especificamente, dá uma proteção a uma série de grupos, dentre os quais se esculpem as crianças e os adolescentes”, detalhou Beçak para a reportagem.

Raquel Cantarelli

Essa decisão do Supremo é a primeira resposta direta e geral para as chamadas “mães de Haia”, mulheres que tiveram filhos no exterior e precisam lutar na Justiça para ter a guarda das crianças em outros países. A maioria dessas mulheres tiveram que fugir do país onde os filhos nasceram por terem sido vítimas de algum tipo de violência, seja contra elas ou contra as crianças. E acabam perdendo a guarda da criança para os pais, que invocam em seu favor a Convenção de Haia.

O Correio da Manhã vem realizando uma série de reportagens sobre essas mulheres que precisam lutar na Justiça para terem a guarda de seus filhos. E um dos casos foi o de Raquel Cantarelli, exemplo vivo das exceções agora aprovadas pelo STF. Em 2023, Raquel Canterelli teve as duas filhas arrancadas de casa à força e levadas para a Irlanda, país em que nasceram e onde reside

o genitor das crianças. A brasileira foi vítima de violência física, psicológica, patrimonial e mantida em cárcere privado pelo ex-marido, além de acusá-lo de abusar sexualmente de uma das filhas. Ela conseguiu fugir com as filhas para o Brasil, mas teve as pequenas retiradas de seus braços por conta da convenção e há dois anos luta na Justiça para ter as filhas de volta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a dar ganho da causa para ela, mas ela ainda aguarda trâmites da Justiça da Irlanda para obter as crianças de volta.

“Eu recebi essa decisão do STF com muita emoção, porque ela toca diretamente na minha história e na minha luta para proteger minhas filhas. Durante muito tempo, mães e crianças foram silenciadas e revitimizadas. Hoje, com essa decisão, sinto que finalmente a Justiça reconhece que violência doméstica e abuso não podem ser ignorados”, disse Raquel.

Justiça italiana mantém prisão de Carla Zambelli

Lula Marques/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A Justiça da Itália decidiu que a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) continue presa no país. O caso foi analisado nesta quarta-feira (27) por um tribunal de apelação em Roma, que optou por adiar o veredito — sobre a possibilidade de liberdade provisória e extradição ao Brasil — e indicou a necessidade de mais tempo para deliberar. A parlamentar está presa desde o dia 29 de julho na penitenciária feminina de Rebibbia, na capital italiana.

Zambelli havia deixado o Brasil em maio deste ano, para escapar de uma condenação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu pela aplicação de dez anos de prisão por falsidade ideológica e invasão de dispositivo informático qualificado por prejuízo econômico. O caso em questão se refere à invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), executado em 2023 pelo hacker Walter Delgatti. Após sua fuga, Zambelli foi declarada foragida pela Justiça brasileira e incluída na Difusão Vermelha da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal), passando a ser considerada procurada internacionalmente.

Saúde

Durante a audiência mais recente, os advogados da deputada alegaram fragilidade no



Zambelli iniciou greve de fome no presídio na Itália

estado de saúde dela, que apresenta quadro depressivo e sofre da Síndrome de Ehlers-Danlos — condição genética rara que afeta tecidos conjuntivos. A defesa também reforçou que a prisão seria desnecessária, por não haver risco de fuga, e pleiteou que ela pudesse responder ao processo de extradição em liberdade, sob medidas cautelares, em um apartamento em Roma. A Justiça italiana, no entanto, ainda não acatou o pedido e a resposta pode acontecer em 48 horas. A análise sobre a extradição segue em trâmite no Ministério do Interior da Itália, equivalente ao Ministério da Justiça brasileiro.

Neste sentido, um laudo médico solicitado pela Justiça italiana concluiu que o estado de saúde da parlamentar permite sua permanência em ambiente prisional. O relatório, divulgado pela CNN, destacou que, apesar de Zambelli apresentar sintomas de depressão e distúrbios do sono, ela está recebendo acompanhamento psiquiátrico regular e tem acesso aos medicamentos necessários.

“Concluímos que não há provas de que o estado de saúde seja incompatível com o regime prisional, incluindo suas necessidades terapêuticas demonstradas, todas as quais podem ser atendidas dentro do centro

de detenção”, diz o trecho.

Sobre a greve de fome iniciada pela parlamentar, o parecer aponta que a decisão foi consciente, e que a hidratação e a administração de medicamentos estão sendo mantidas adequadamente. A médica responsável também afirmou que não há impedimentos clínicos para que a deputada seja extraditada ao Brasil — caso seja tomada uma decisão neste sentido — em voo comercial, desde que acompanhada por medidas de suporte à saúde.

Nova condenação

Além da sentença por participação no ataque cibernético ao CNJ, Zambelli também foi condenada pelo STF, na última sexta-feira (22) a mais cinco anos e três meses de prisão por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com uso de arma. A decisão se refere ao episódio em que a deputada perseguiu o jornalista Luan Araújo pelas ruas de São Paulo com uma arma em punho, durante ato político no período eleitoral de 2022.

A defesa da parlamentar declarou que irá recorrer da nova condenação, classificando-a como uma violação ao devido processo legal. Em nota, o advogado Fábio Pagnozzi afirmou que Zambelli é vítima de “perseguição política” e que está sendo julgada de forma “injusta e precipitada” às vésperas da decisão sobre sua extradição.

CORREIO BASTIDORES

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senadora passou por cirurgia recentemente

Após operar câncer, Damares Alves iniciará radioterapia

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) disse em reunião no Senado nesta quarta-feira (27) que passou por uma cirurgia de câncer recentemente e que começará tratamento de radioterapia na segunda-feira (1).

“Há um mês eu fui diagnosticada com câncer, em dia 18 de julho. Eu fiz todos os exames. Em 18 dias eu consegui fazer biópsias, ressonâncias, todos os exames, e em 18 dias consegui fazer a cirurgia”, disse Damares Alves. A as-

essoria da senadora informou que se tratou de um câncer de mama.

“Em cinco dias eu estive aqui no Senado trabalhando, depois da cirurgia. Com dor, com um pouquinho de dor, todos os cuidados, só foi difícil não abraçar os colegas nesse período. Mas o diagnóstico precoce foi fundamental para eu estar como estou. Segunda-feira eu começo a radioterapia, mas já estou declarando vitória, já estou declarando que estou curada”, afirmou ela.

Reunião

A senadora deu as declarações em reunião da subcomissão temporária do Senado que discute propostas sobre tratamento e prevenção da doença. “Eu relatei matéria de câncer um dia antes de ser diagnosticada”, disse ela.

Mais tarde, enquanto presidia reunião da Co-

missão de Direitos Humanos, a senadora encerrou o encontro dizendo que não estava se sentindo muito bem. “Já estou no meu limite físico neste momento”, afirmou. E também contou aos colegas senadores sobre o câncer. As informações são de Caio Spechoto (Folhapress).

Isac Nóbrega/PR



Ex-primeira-dama usou suas redes sociais

Michelle fala em humilhação após monitoramento

Após o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinar que a Polícia Federal do Distrito Federal monitore 24 horas por dia o endereço do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) disse que tem sido difícil enfrentar os desafios.

“A cada dia que passa o desafio tem sido enorme”, ela escreveu em uma postagem nas redes sociais. “Resistir à perseguição, lidar com as incertezas e suportar as humilhações”, completou.

Michelle disse ainda que acredita na vitória e citou Deus. “Deus é bom o tempo todo e nós temos uma promessa”, afirmou. “Pai, eu te amo, independe dos dias

ruins. Eu te louvo de todo o meu coração. Hoje eu declaro: o Brasil pertence ao Senhor Jesus”.

Segundo Moraes, a medida de segurança em relação a Bolsonaro é necessária para afastar os riscos de o ex-presidente tentar fugir do Brasil às vésperas do julgamento sobre a trama golpista, previsto para começar no dia 2 de setembro, no qual é réu.

Após a decisão, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, enviou ofício ao ministro no qual sugere a entrada de uma equipe de policiais dentro da casa do ex-presidente para a vigilância. Moraes mandou o pleito para análise da PGR (Procuradoria-Geral da República).

Pontes defende impeachment

O senador Marcos Pontes (PL-SP) afirmou, durante sessão no Plenário nesta quarta-feira (27), que o país enfrenta um cenário de injustiças e perseguições políticas. O parlamentar criticou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro e as condenações impostas pelo

Supremo a pessoas do 8 de janeiro de 2023. Para o senador, as penas aplicadas são desproporcionais. Ele comparou a situação com casos de anistia, segundo ele, concedida no passado a criminosos. Defendeu o impeachment de Alexandre de Moraes e o fim do foro privilegiado.